

IMPOSTOS / Em meio à implementação do novo regime tributário, auditores fiscais discutem a transição de um modelo baseado no conflito para um paradigma de serviços, confiança mútua e conformidade tributária

Reforma redefine papel do Fisco

» DENISE ROTHENBURG
» ENVIADA ESPECIAL

Belo Horizonte — A implementação da reforma tributária está provocando uma verdadeira revolução em diversos setores. E, pelo andar da caruagem, essa mudança radical não será apenas na forma de pagamento dos impostos, dentro da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ou na distribuição de suas receitas. Está em curso também uma mudança de cultura dos próprios auditores em relação à forma como lidam com o tema no dia a dia da administração tributária.

O que, até então, era visto como uma “relação de conflito” entre o Fisco e o contribuinte, seguindo o que muitos auditores classificavam como “paradigma do crime”, passará a ter foco na orientação aos contribuintes, dentro de um “paradigma de serviços” e de “conformidade tributária” — conceitos detalhados ao longo dos quatro dias de debates e palestras do 10º Congresso Luso-Brasileiro dos Auditores Fiscais, na capital mineira.

As palavras de ordem dos auditores, antes limitadas ao “peguem os sonegadores”, passam a incluir a “cooperação” entre os níveis municipal, estadual e federal, entre Fisco e contribuintes e também entre países.

“A relação entre Fisco e contribuinte deve ser pautada pela confiança mútua, pela boa-fé e pelo compliance cooperativo, substituindo progressivamente a lógica do conflito pela da conformidade tributária, com ganhos para a segurança jurídica, o ambiente de negócios e a legitimidade social do sistema tributário”, diz a Carta de Belo Horizonte, publicada ao final do Congresso.

Washington Costa



Barreirinhas defendeu que estados e municípios abandonem estruturas isoladas e ampliem a cooperação

O documento estabelece que “a construção de uma nova relação entre Fisco e contribuintes exige o aprofundamento de práticas de conformidade cooperativa, transparência, diálogo institucional e prevenção de litígios, favorecendo um ambiente de maior confiança recíproca”.

Na visão dos auditores, essa “nova onda do Fisco”, que pretende chegar à sonhada justiça tributária, separa os tipos de inadimplência em três categorias. A pontual, em que o contribuinte, às vezes por esquecimento ou dificuldades de entender, apresenta algum erro nas suas declarações ou

pagamentos; a reiterada, onde deve haver uma atenção maior por parte dos fiscais; e a da “inadimplência como estratégia de negócio”, ou seja, os devedores contumazes, que dificilmente escapam do conflito para resolução de suas diferenças com o Fisco.

Porém, nem tudo são flores nesta fase de transição da reforma, ainda mais num ano eleitoral, em que muitos levam temas técnicos, como o caso da reforma tributária, para a arena política. Por isso, além da relação com o contribuinte, é preciso que os técnicos tenham capacidade de separar essas estações,

ainda mais com o país em pleno período de implantação do Comitê Gestor do IBS e dos testes dos dois impostos (CBS e IBS), que vão substituir a cesta de tributos do consumo.

Nesse sentido, tanto o ex-secretário extraordinário da reforma tributária Bernard Appy, quanto o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, reforçaram a necessidade da cessão de “espaço de poder” por parte dos que atuam nessa seara. Appy foi incisivo: “Não há cooperação possível se as partes não estiverem preparadas para ceder. Cooperação pressupõe ceder algum espaço de poder”.

O secretário da Receita considera essa cessão de espaço de poder um ponto-chave da reforma. “Esse é um desafio muito grande. A gente tem uma certa dificuldade de abrir mão daquele espaço. Na cidade de São Paulo, tem um cadastro fiscal, o CCM, Cadastro de Contribuinte Municipal. Há 20 anos, quando eu entrei, perguntei: por que a gente não usa o CNPJ? Eu cadastro aqui, mas, quando tem mais um estabelecimento, como que eu sei qual é o contribuinte? Ah, a gente cruza com o CNPJ. Mas então, por que não fazer direto?”, disse. “Não tem muita lógica cada um ter um cadastro. Faz muito mais sentido ter um único”, afirmou.

A legislação optou pelo CNPJ como base de cadastro. Mas, mesmo assim, há dificuldades. Segundo Barreirinhas, houve muita discussão sobre como implementar uma única base, houve, inclusive, quem quisesse um cadastro para o estado e outro para o município. “Há um desafio que me parece cultural. Desculpem se eu simplifico, mas cada um de nós precisa se desarmar de preconceitos. Nós temos que desistir de apegos a um sistema que se tornou ultrapassado”.

“São mais de 5 mil municípios e 27 unidades da Federação. E tudo isso formado por estruturas que, há décadas — desde pelo menos os anos 1960 —, aprenderam a tributar isoladamente. Com a autonomia fiscal, você coloca todo mundo na mesma sala para decidir. A gente já sabia que seria um grande desafio, mas eu acredito que estamos enfrentando”, completou o secretário da Receita, deixando claro que a mudança de paradigma inclui também a forma como estados e municípios cuidam de suas estruturas fiscais.

*A colunista viajou a convite da Febrafite

Os passos da reforma

» Período de testes: até aqui, houve a implantação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), que reúne 54 conselheiros — 27 representantes dos estados e 27 dos municípios.

» Em 30 de abril, foi publicado o regulamento operacional da CBS e do IBS, considerado uma das entregas mais importantes até agora. O regulamento está em fase de consulta pública, aberto a sugestões da sociedade civil.

» Os tributos começaram a ser destacados nas notas fiscais, mas, por enquanto, com alíquotas simbólicas (0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS).

» 2027 — O CBS substituirá plenamente dois tributos, o PIS e a Cofins, e começará a cobrança efetiva. Nessa fase, terá início também o “cashback” para as famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico.

» 2029 a 2032 — Será a transição do IBS, com a substituição gradual do ICMS e do ISS por esse imposto. Haverá redução progressiva do ICMS e do ISS e aumento gradual do IBS. Por exemplo, em 2029, a cobrança será de 90% de ICMS/ISS e 10% de IBS. Em 2030, 80% de ICMS/ISS e 20% de IBS, e assim sucessivamente até a inversão completa. Em 2033, haverá a extinção do ICMS e do ISS.

Split payment: o “Pix” da arrecadação

Em meio às mudanças em curso com a reforma tributária, auditores fiscais apontam o split payment — sistema de pagamento automático de tributos — como uma das principais inovações do novo modelo, em impacto comparável ao que o Pix representou para as transações financeiras no país. “É o processo mais inovador que está sendo trazido para o modelo de arrecadação”, comenta a auditora fiscal da Receita Estadual de São Paulo Sheine Leal, especialista nesse assunto.

No modelo atual, o contribuinte apura tributos em diferentes entes federados, emite várias guias de arrecadação e realiza o pagamento. Para o Fisco, o processo é

simples, apenas receber os valores. Para o contribuinte, a operação é trabalhosa.

Agora, essa complexidade passará para o Fisco. “Para o Fisco, era muito simples, o dinheiro apenas entrava. Agora, o contribuinte fará um único recolhimento. Mas essa complexidade não desaparece por um milagre. Ela foi absorvida pelo governo, mais especificamente pelo Comitê Gestor do IBS, que faz a apuração e a distribuição do dinheiro arrecadado aos estados e municípios competentes”, explica.

No novo sistema, haverá duas formas. A primeira é um documento de arrecadação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), semelhante ao

modelo tradicional. Assim como a Receita Federal tem o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), o CGIBS também terá seu documento de arrecadação.

A outra forma é o split payment, e é aí que mora a inovação e, com ela, os desafios. Tal como o Pix, essa construção partiu do zero e os auditores pretendem vê-la funcionando o mais rápido possível.

A avaliação dos especialistas é a de que o mecanismo auxiliará significativamente no combate à sonegação e na promoção da justiça tributária, ou seja, quem ganha mais paga mais, garantindo recursos para o atendimento da sociedade por meio de políticas públicas.

Em recente estudo sobre justiça fiscal apresentado em São Paulo, chegou-se a uma dívida ativa de R\$ 2 trilhões na esfera federal e de R\$ 457,1 bilhões no estado, valor que supera o dos gastos sociais do país.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), Maria Aparecida Meloni, anfitriã do evento, reforça sempre que possível que “não há política pública sustentável sem financiamento adequado, e não há financiamento adequado enquanto bilhões em dívidas forem tratados como negociáveis”. O que se espera é que os novos sistemas evitem a reprodução desses elevados volumes de inadimplência no futuro. (DR)

Pillar Pedreira/Agência Senado



A Receita e o Comitê Gestor serão responsáveis por receber parte dos impostos

CONGRESSO NACIONAL

Pressão dos Estados Unidos acelera PEC do Banco Central

» FERNANDA STRICKLAND

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central, senador Plínio Valério (PSDB-AM), afirmou que a crescente pressão dos Estados Unidos relacionada ao Pix pode contribuir para a aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, prevista para esta semana.

Segundo o senador, o debate internacional em torno do sistema de pagamentos brasileiro acabou fortalecendo politicamente a proposta no Congresso. “Acho que essa pressão do Trump sobre o Pix vai nos ajudar”, disse. Ele acrescentou que o tema ganhou maior visibilidade pública e citou até a exposição do assunto por autoridades políticas brasileiras, embora afirme que o governo federal não procurou a relatoria para discutir a PEC.

A manifestação ocorre em meio a um novo atrito comercial. Na última terça-feira, o representante Comercial dos Estados

Unidos (USTR) propôs a aplicação de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros, após uma investigação sobre supostas práticas comerciais desleais. No documento, foi citado um suposto “tratamento preferencial” dado ao Pix, o que, segundo a avaliação norte-americana, prejudicaria empresas dos Estados Unidos no setor de pagamentos.

No Brasil, integrantes do governo interpretam as críticas como resultado de pressão de empresas norte-americanas de meios de pagamento, como bandeiras de cartões de crédito, que teriam interesse em ampliar espaço no mercado ou até mesmo avançar sobre a privatização de sistemas de pagamentos digitais.

A PEC em discussão no Senado trata justamente da estrutura institucional do Banco Central. O relatório apresentado por Plínio Valério prevê que a autoridade monetária deixe de depender do Orçamento Geral da União, o que mudaria o tratamento dos recursos da instituição, que passariam a ser classificados como primários.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Com a investida de Trump contra o Pix, a PEC do BC deve ser votada nesta semana

Dentro desse relatório, o Pix aparece de forma explícita. O texto inclui a previsão de que o sistema de pagamentos seja reconhecido na Constituição como uma infraestrutura pública, operada e regulada

exclusivamente pelo Banco Central. Além disso, a proposta estabelece a proibição de concessão ou alienação do Pix por qualquer meio, buscando blindar o sistema contra mudanças de controle ou privatização.

Para o relator, essa inclusão reforça a proteção do sistema diante de pressões externas e disputas internacionais envolvendo o modelo brasileiro de pagamentos instantâneos.

Plínio Valério também afirmou que existe um acordo para que a PEC seja votada como primeiro item da pauta da CCJ na sessão da próxima quarta-feira, dia 10. Ele demonstrou confiança na deliberação do texto e descartou adiamentos. “A ideia é votar e aprovar, e eu não vou aceitar não votar, porque já li o relatório. Agora, não tem mais como protelar”, disse.

A proposta, no entanto, segue em meio a uma disputa mais ampla entre o Banco Central e a equipe econômica do governo sobre o desenho institucional da autoridade monetária. O texto atual prevê mudanças no fluxo orçamentário do órgão, o que, segundo críticos internas, poderia alterar a forma como esses recursos são registrados nas contas públicas.

Enquanto o governo e o Banco Central vinham tentando construir um consenso sobre o tema, o relator afirma que não há espaço para novas alterações na proposta. Segundo ele, caso haja interesse em avançar com o Pix e com a PEC, o caminho seria a aprovação do texto na forma atual. (Com agência)